



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados
Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro
Núcleo de Administração de Bens da Administração Pública Federal

LIVRO Nº 10
DESTINAÇÃO
Fls. 05 / 07
1º Traslado

CONTRATO DE CESSÃO PROVISÓRIA DE USO GRATUITO, que faz a **UNIÃO**, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia e a **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ/RJ**, autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, do imóvel localizado na Rua Leopoldo Bulhões, nº 1830/1850, entre as Ruas Castro Tavares e Diogo de Vasconcelos, Manguinhos, Município do Rio de Janeiro/RJ, conforme Processo Administrativo nº 10768.002621/98-14 e os seguintes termos:

Aos 15 (quinze) dias do mês de junho do ano de 2021, na sede da **SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO**, situada na Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, sala 514, Castelo, Rio de Janeiro/RJ, compareceram as partes entre si justas e acordadas, de um lado, como **OUTORGANTE Cedente**, a Superintendência de Patrimônio da União no Rio de Janeiro, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia, representada neste ato na pessoa de seu Superintendente, Sr. Paulo da Silva Medeiros, brasileiro, casado, domiciliado no Rio de Janeiro/RJ, inscrito no CPF nº 063.025.528-85, Carteira de Identidade nº 023134863-2 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, emitida em 02/04/1982, nomeado por meio da Portaria ME n.º 11, de 13 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 32, Seção 2, pág. 15, de 14 de fevereiro de 2019, com delegação de competência prevista no inciso II, artigo 15, da Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, publicada no DOU, de 03 de setembro de 2019, Seção 01, pág. 10, e, do outro lado, como **OUTORGADA Cessionária**, a **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, neste ato representada por sua Presidente, a Sra. Nisia Verônica Trindade Lima, inscrita no IFP/RJ sob o nº 03-79495-1, CPF 425.005.407.15, nomeada pelo Decreto de 03 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 3, de 04 de janeiro de 2017, Seção 1, pág. 1, reconduzida ao cargo pela Portaria nº 36 de 11 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União Edição nº 6-A, de 11 de janeiro de 2021, Seção 2, Extra A, pág. 1, presentes, também, as testemunhas nomeadas no final deste Contrato, lavrado em conformidade com o disposto no art. 18, inciso II da Lei nº 9636, de 15 de maio de 1998, e a autorização do Sr. Superintendente do Patrimônio da União, datada de 28/01/2020 (SEI nº 6082988) exarada no Processo Administrativo nº 10768.002621/98-14. E, na presença das mesmas testemunhas, o representante da Superintendência de Patrimônio da União no Rio de Janeiro disse o seguinte: **CLÁUSULA PRIMEIRA** - que a **UNIÃO** é senhora e legítima possuidora do imóvel situado à Rua Leopoldo Bulhões, nº 1830/1850, entre as Ruas Castro Tavares e Diogo de Vasconcelos, Manguinhos, Município do Rio de Janeiro/RJ, devidamente registrado no Cartório do 6º Ofício do Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, Ficha 1, Livro nº 2, Matricula nº 107.002 e cadastrado no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET sob RIP nº 6001.04180.500-4; **CLÁUSULA SEGUNDA** - que o mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: Terreno situado à Rua Castro Tavares, antiga Rua Projetada Três, medindo 40,11m de frente, em 2 segmentos de 20,68m e 19,43m; fundos 59,82m, em 2 segmentos de 45,40m e 14,42m, confrontando com a Rua Diogo de Vasconcelos; lado direito 79,34m, confrontando com o galpão nº 37 da Rua Diogo de Vasconcelos e lado esquerdo 84,29m, confrontando com a Rua Leopoldo Bulhões; **CLÁUSULA TERCEIRA** - neste ato, a **OUTORGANTE Cedente** formaliza a Cessão Provisória de Uso Gratuito do imóvel à **OUTORGADA Cessionária**, para administração, uso, conservação e demais responsabilidades sobre os imóveis descritos na cláusula anterior com a finalidade de construir uma garagem para guarda e manutenção das Viaturas Oficiais e de um prédio para estocagem de insumos e materiais para pesquisa, produção e assistência; **CLÁUSULA QUARTA** - que, com amparo no art. 15, inciso IV, da Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019; art. 18, inciso II, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; art. 64, §3º e art. 79, §3º do Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946 e art. 11, §2º e §3º do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001 é feita a Cessão Provisória de Uso Gratuito à **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ**, do imóvel descrito e caracterizado na Cláusula Segunda, para proteção e manutenção do imóvel. **Parágrafo Único** - O prazo da Cessão Provisória será até que se conclua as dúvidas junto ao Cartório do 6º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital, com relação ao registro do imóvel cedido, quando será substituída por cessão definitiva; **CLÁUSULA QUINTA** - que a área descrita e caracterizada na Cláusula Segunda foi avaliada, em 14 de junho de 2021, em R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais); **CLÁUSULA SEXTA** - que a Outorgada Cessionária responderá judicialmente e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações, inclusive por indenização que eventualmente venha a ser devida a terceiros, sendo ainda, de sua exclusiva responsabilidade o pagamento de débitos, impostos, taxas, tarifas, despesas condominiais e demais encargos que venham a incidir sobre o imóvel ora cedido; **CLÁUSULA SÉTIMA** - que considerar-se-á rescindido o presente Contrato de Cessão Provisória de Uso Gratuito independente de ato especial, retornando o imóvel à **OUTORGANTE Cedente**, sem direito à **OUTORGADA Cessionária** a qualquer indenização, inclusive benfeitorias realizadas, nos seguintes casos: a) se, no imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no presente contrato; b) se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual; c) se a **OUTORGADA Cessionária** renunciar à cessão; d) se, em qualquer época, a **OUTORGANTE Cedente** necessitar do imóvel para seu uso próprio, ressalvada, em tal caso, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União; e) no caso de necessidade ou interesse público superveniente. **CLÁUSULA OITAVA** - é vedada à Cessionária a possibilidade de alienar o imóvel recebido em cessão, conforme preconiza o art. 31, §3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; **CLÁUSULA NONA** - que, verificado o descumprimento de quaisquer das condições mencionadas na Cláusula Sexta, serão fixadas as responsabilidades decorrentes dos fatos apurados, resguardados os imperativos legais e os preceitos da hierarquia funcional; **CLÁUSULA DÉCIMA** - Conforme dispõe a Portaria nº 202, de 11/11/2015, a **OUTORGADA Cessionária** fica obrigada a: I - apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de trabalho para a promoção da acessibilidade, prevendo o início das obras e/ou intervenções no período de 2 (dois) anos, contados da data de assinatura do presente Contrato, e manter a acessibilidade do prédio, nos termos da Lei nº 10.048, de 8/11/2000 e da Lei nº 10.098, 19/12/2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, e conforme os critérios estabelecidos pela Norma 9050/2004 da ABNT ou legislação que venha a substituí-los ou complementá-los; e II - remeter anualmente, à Superintendência do Patrimônio da União, relatório circunstanciado que comprove o adimplemento do encargo previsto. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - A destinatária do imóvel se compromete a: **I** - adotar modelo de gestão organizacional e de processos estruturados na implementação de

ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal; **II** - implementar ações de eficiência energética nas edificações públicas e de boas práticas na gestão e uso de água, de acordo com as disposições da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02, de 04 de junho de 2014 e as recomendações da Portaria MP nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, ou legislação que vier a substituí-las ou complementá-las. **III** - implantar a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora, destinando-os à coleta seletiva solidária em cumprimento ao Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - A destinatária do imóvel, a partir da assinatura do presente, fica obrigada a desenvolver o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios - PPCI, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) dias, e a apresentar a esta Superintendência o respectivo laudo conclusivo de vistoria do corpo de bombeiros, no prazo de 2 (dois) anos. **I** - a obter a carta "habite-se" emitida pelo Poder Público Local, em 180 (cento e oitenta dias) dias e caso seja necessário, promover a adequação física no prédio, no prazo de 2 (dois) anos. **Parágrafo Único** - A destinatária do imóvel deverá remeter, nos prazos previstos nesta cláusula, documentação comprobatória do adimplemento dos encargos à respectiva Superintendência do Patrimônio da União. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Nos casos em que houver contratação de execução de obras públicas, previamente autorizada pela Superintendência do Patrimônio da União, a destinatária do imóvel compromete-se a atender as determinações do Acórdão nº 853/2013 - TCU - Plenário, que importam assunção de obrigação de fazer quanto: **I** - A inclusão de cláusulas em edital e contrato que estabeleçam a obrigação do contratante, em conjunto com a Administração Pública, providenciar, como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto: **I.1.** as "built" da obra, elaborada pelo responsável de sua execução; **I.2.** - comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás; **I.3** - laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra. **I.4** - carta de "habite-se", emitida pela Prefeitura; **I.5** - certidão negativa de débitos previdenciários, específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis; **II** - A exigência, junto à contratada, da reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, nos termos do art. 618, da Lei nº 10.406/2002, c/c o art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90; **III** - A abstenção de realizar o recebimento provisório de obras com pendências, as quais deverão ser solucionadas pela construtora, nos termos do Acórdão nº 853/2013 - TCU - Plenário; **IV** - A realização de avaliações periódicas da qualidade das obras concluídas sob gestão própria, após seu recebimento, no máximo a cada doze meses, bem como a notificação do contratado quando defeitos forem observados durante o prazo de garantia quinquenal, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas; **V** - O ajuizamento de ação judicial caso os reparos não sejam iniciados pelo contratado; **VI** - O arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamento, termos de recebimento, contratos e aditamentos, diário de obras, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento da obra e notificações expedidas. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - A destinatária do imóvel fica obrigada a manter atualizado o SPIUnet, ou os sistemas que vierem a substituí-lo, com: **I** - o cadastramento, mensuração, atualização e reavaliação do imóvel conforme normativos da SPU, para tanto se responsabilizando pelas despesas e corpo técnico necessários ao seu cumprimento; **II** - a inclusão do comprovante da entrega do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios - PPCI ao Corpo de Bombeiros e o respectivo laudo conclusivo de vistoria do Corpo de Bombeiros; **III** - para quaisquer edificações que venham a ser realizadas no imóvel, ainda a inclusão do "as built" (ou desenho exatamente como construído na obra) elaborado pelo responsável por sua execução, e do Registro de Obra averbado no Cartório de Registro de Imóveis. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - As questões oriundas do presente instrumento que não forem resolvidas administrativamente, serão solucionadas a princípio através da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF da Advocacia Geral da União, antes da propositura do litígio judicial. Não sendo resolvidas serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da Cidade do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Pela OUTORGADA Cessionária, ante as testemunhas presentes a todo o ato, foi dito que aceitava o presente contrato em todos os seus termos e sob o regime estabelecido, para que se produzam os devidos efeitos jurídicos. E, por assim se declararem ajustados, assinam a **Superintendência de Patrimônio da União no Rio de Janeiro**, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, como OUTORGANTE Cedente, e a **Fundação Oswaldo Cruz**, autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, como OUTORGADA Cessionária, por seus representantes legais juntamente com as testemunhas, presentes a todo ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento, o qual é lavrado em livro próprio da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, valendo o mesmo como escritura pública, de acordo com o disposto no art. 74 do Decreto-Lei nº 9.760 de 05 de setembro de 1946. E, eu Maria Cristina Pavanelli de Souza, Matrícula SIAPE nº 6438527, servidora do quadro permanente do Ministério da Economia, lavrei o presente CONTRATO DE CESSÃO PROVISÓRIA DE USO GRATUITO, que vai assinado e conferido pelo Sr. Superintendente do Patrimônio da União no Rio de Janeiro e pela Sra. Presidente da Fundação Oswaldo Cruz.

OUTORGANTE CEDENTE

PAULO DA SILVA MEDEIROS

Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro

OUTORGADA CESSIONÁRIA

NISIA VERÔNICA TRINDADE LIMA

Presidente da Fundação Oswaldo Cruz

1ª TESTEMUNHA: **LÍGIA CHRISÓSTIMO DA SILVA**

RG - 03618017-2 - IFP/RJ

CPF - 373.938.207-49

2ª TESTEMUNHA: **VIVIANE MARIA DE ARAÚJO DE MELO**

RG - 9103434371 - SJSRS

CPF - 084.918.027-97



Documento assinado eletronicamente por **Paulo da Silva Medeiros, Superintendente**, em 15/06/2021, às 20:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Lígia Chrisostimo da Silva, Auxiliar**, em 15/06/2021, às 21:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Maria de Araújo Oliveira de Melo, Técnico(a) de Nível Superior**, em 16/06/2021, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NISIA VERONICA TRINDADE LIMA, Usuário Externo**, em 16/06/2021, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16494887** e o código CRC **5B83A87A**.

Referência: Processo nº 10768.002621/98-14.

SEI nº 16494887